



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-Eixo: Ênfase em Fundamentos.

A PESQUISA E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS EM TEMPOS DE UNIVERSIDADE EM CRISE

Sandra de Faria¹
Alcina Maria de Castro Martins²
Carmen Regina Paro³
Sarah Medeiros Avelar⁴
Caren de Lima Teixeira⁵

Resumo: São apresentados fundamentos teórico-analíticos da investigação sobre políticas de Estado para a pesquisa e desenvolvimento no Brasil e Portugal, no contexto de transformações societárias e de uma universidade em crise. Privilegia-se a análise sobre o projeto do capital de mudança estrutural e conceitual da universidade e suas repercussões nas políticas públicas para o desenvolvimento da ciência.

Palavras-chave: Universidade, investigação, ciência e crise societária.

Abstract: Theoretical-analytical foundations of research on State politics for research and development in Brazil and Portugal are presented, in the context of societal transformations and a university in crisis. The analysis of the project of the capital of structural and conceptual change of the university and its repercussions in public politics for the development of science is favored.

Keywords: University, research, science and crisis societal.

A PESQUISA E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS EM TEMPOS DE UNIVERSIDADE EM CRISE

Introdução

No presente trabalho privilegia-se a análise sobre o projeto do capital de mudança estrutural e conceitual da universidade e suas repercussões nas políticas públicas de desenvolvimento da pesquisa científica e a produção do conhecimento.

¹ Professor com formação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, E-mail: sandra.f@pucgoias.edu.br.

² Professor com formação em Serviço Social, Instituto Superior Miguel Torga, E-mail: sandra.f@pucgoias.edu.br.

³ Professor com formação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, E-mail: sandra.f@pucgoias.edu.br.

⁴ Estudante de Pós-Graduação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, E-mail: sandra.f@pucgoias.edu.br.

⁵ Estudante de Pós-Graduação, Instituto Superior Miguel Torga, E-mail: sandra.f@pucgoias.edu.br.

A pesquisa *As políticas estratégicas de Estado para pesquisa e desenvolvimento: um enfoque na Educação Superior e o Serviço Social no Brasil e em Portugal de que se parte* tem por objeto de estudo as políticas de Estado para a pesquisa e desenvolvimento e as estratégias determinantes para assegurar os respectivos sistemas de pós-graduação, considerando o alinhamento de seus objetivos para promover o fortalecimento das bases científicas, tecnológica e de inovação, a formação de docentes para todos os níveis de ensino e a formação de quadros para mercados não acadêmicos.

Os estudos e os fundamentos teórico-analíticos decorrentes da investigação bibliográfica e em fontes documentais são norteadores da hipótese que a mudança na finalidade e funcionalidade da universidade deriva das determinações de um processo de proporções inéditas de financeirização e desnacionalização da educação, no qual a ofensiva contra a universidade pública é uma finalidade estratégica.

Transformações societárias e universidade em crise

O contexto que emergiu após 1973/1974, evidenciou um esgotamento da chamada “Era de Ouro” (Pós Segunda Guerra), como bem examinou Hobsbawm (1995). Manifestaram-se as crises de crescimento econômico nos países centrais e nos países periféricos, com taxas decrescentes, recessão, desemprego estrutural, aumento das desigualdades intra e inter países e regiões, assim como, as ofensivas do capital com base nas mudanças tecnológicas e organizacionais, orientadas pela flexibilização, (des)regulamentação e privatização. Das crises econômicas estadunidense e europeia, das últimas décadas, apreende-se a sua integração nesse cenário e o aprofundamento dos mecanismos engendrados para o enfrentamento da crise sistêmica que atravessa o capitalismo na atualidade.

São transformações que redimensionam e reconfiguram a produção e reprodução da sociedade (NETTO, 1996), compondo-se da reestruturação produtiva do capital, incorporação de inovações da área informacional e a as modificações na divisão sócio técnica do trabalho, flexibilização e financeirização da produção econômica, políticas de ajuste econômico neoliberal, desregulamentação das conquistas derivadas do mundo do trabalho e desmonte dos direitos sociais, entre outras determinações que exigem explicação e compreensão. No âmbito do Estado operam-se reformas e contrarreformas para assegurar o domínio do seu papel de provedor de estruturas para o mercado, com a liberalização de capitais financeiros e privatizações, conforme assinala Netto em diferentes artigos (1996, 2012).

A Universidade, os parâmetros do conhecimento e da ciência, a educação, a formação e os sistemas de organização e institucionalização são atingidos e modificados em sua intrincada relação com os processos de transformações societárias e suas determinantes. A universidade defronta-se com estratégias neoliberais de adequação das suas funções sociais em detrimento da concepção de instituição social, inserida na sociedade democrática e laica. Nas palavras de Chauí,

A universidade é uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo. (...). Vista como uma instituição social, cujas mudanças acompanham as transformações sociais, econômicas e políticas, e como instituição social de cunho republicano e democrático, a relação entre universidade e Estado também não pode ser tomada como relação de exterioridade, pois o caráter republicano e democrático da universidade é determinado pela presença ou ausência da prática republicana e democrática no Estado. Em outras palavras, a universidade como instituição social diferenciada e autônoma só é possível em um Estado republicano e democrático. (2003, p.5 e 6)

As ofensivas do capitalismo são contra a educação superior como direito social e a favor de uma concepção de universidade-empresa, como organização prestadora de serviço, operacional e pulverizada, magistralmente analisada por Chauí,

A visão organizacional da universidade produziu aquilo que, segundo Freitag (Le naufrage de l'université), podemos denominar como universidade operacional. Regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, a universidade operacional está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos. Definida e estruturada por normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual, está pulverizada em micro organizações que ocupam seus docentes e curvam seus estudantes a exigências exteriores ao trabalho intelectual. (2003, p.7).

A universidade operacional, produto das contrarreformas do Estado, em um movimento comandado pelo grande capital em escala mundial com a subserviente associação de capitais nacionais, legaliza-se no reordenamento neoliberal de subordinação das políticas públicas às políticas de austeridade e ajustes fiscais da economia, pela flexibilização e privatização. Simultaneamente, adota-se múltiplas estratégias de desregulamentação do ordenamento jurídico e institucional e de perdas substanciais de conquistas políticas e sociais que marcam a trajetória da educação e da universidade como instituição secular. São mudanças nas finalidades da universidade e consistem em garantir o produtivismo do *ethos* capitalista e a ciência convertida cada vez mais em inovação e tecnologia social.

As orientações dos organismos internacionais e governos nacionais, para a educação superior, quanto à diversificação institucional, à flexibilidade nas modalidades e à organização dos cursos, dos currículos e minimização dos conteúdos da formação, à expansão exponencial de instituições privadas, prioridade para o ensino à distância são estratégias que no limite garantem o domínio de uma educação mercantilizada, desnacionalizada e intrincada a lógica da financeirização.

O desafio de compreensão consiste em apreender e determinar as mediações que vinculam a crise da universidade como instituição social a essas estratégias do capital de tendências macrossocietárias, numa perspectiva ontológica histórico-social, englobando as configurações que exprimem o significado mais profundo da crise estrutural do capital, as contradições e desigualdades que conformam um conjunto complexo de questões sociais, políticas e teóricas.

Os estudos demonstram que a expansão das instituições de ensino superior privado concentra-se em empresas que formam o mercado educacional, com organização pulverizada e capacidade de atender a interesses corporativos e constituir oligopólios por meio de fusões e pela negociação de suas ações na bolsa de valores (CHAVES, 2010). São organizações e grupos patrocinados pela flexibilidade e (des) regulamentação jurídica e institucional do direito universal à educação e de políticas educacionais públicas. São organizações de mercado sem pesquisa e extensão legisladas pelo Estado e antípodas ao controle social da sociedade. Segundo Chaves “o estímulo à competitividade entre as instituições, direcionando-as para o mercado, com a finalidade de contenção dos gastos públicos, passa a ser a tônica das propostas e projetos dos sucessivos governos neoliberais instalados no mundo do capital” (2015, p.430)

No presente trabalho o que se está a enfatizar é a ideia de que a estratégia de privatização do ensino superior público está coligada à legalização e expansão de instituições privadas com fins lucrativos e para fins comerciais. Para essas empresas de ensino superior a relevância é a obtenção de lucros financeiros no mercado de capitais e, claro, com o sequestro dos fundos públicos.

Conforme analisa Chaves trata-se das novas estratégias de acumulação de capital do setor educacional,

É oportuno ressaltar que as novas estratégias de acumulação de capital no setor educacional por meio do mercado de capitais, que se tornaram factíveis para um grupo de Instituições de Ensino Superior - IES mercantis fazem parte das transformações ocorridas no mercado financeiro mundial, a partir dos anos 1970, de liberação e desregulamentação dos fluxos financeiros, da interligação dos mercados, da criação de inovações financeiras (derivativos, securitização, contratos futuros, etc.) e de fundos de investimentos institucionais, que estudiosos denominam de processo de “financeirização”. O fenômeno tomou grandes proporções na economia americana e tornou-se bastante evidente nos países desenvolvidos (2016, p.2)

Estas são algumas das principais condições para a formação de um mercado de empresas de ensino privadas, mercantil e de capital aberto, como no Brasil a empresa de ensino superior Kroton (principais marcas: Anhanguera, Unopar e Pitágoras) Estácio, Unip, Laureate (marcas: FMU, Anhembi-Morumbi, UniRitter), Cruzeiro do Sul Educacional (Universidade Cruzeiro do Sul, Colégio Alto Padrão), Ser Educacional (marcas: Uni Nassau, Univeritas), Uninove, Anima, Unicesumar, Adtalem Global Education (marcas: Damásio,

lbmec e Wyden). Empresas e grupos internacionais como Laureate Educacion - conglomerado norte americano com inserção em diversos países.

Nesse sentido, as configurações ideo-políticas de uma universidade operacional-empresarial sintonizada com a lógica do mercado e dos negócios, com os interesses dos grandes grupos privados empresariais mercantis, internacionais e nacionais, são asseguradas pelas contrarreformas da educação superior e os ataques privatizantes da universidade pública, a precarização do trabalho docente e o barateamento de cursos do ensino superior a preços abjetos.

São mediações e determinações, caracterizadas pela fusão entre capital privado e financeiro, a desnacionalização da educação e sua desregulamentação, devastadoras da universidade como instituição social, com identidade institucional e finalidade educacional, com ensino, pesquisa, extensão e a aprendizagem significativa para os sujeitos envolvidos na reflexão e na prática acadêmica e social.

Os estudos e a investigação evidenciam que de modo diverso de Portugal, no Brasil são múltiplas as alterações verificadas na legislação, são contrarreformas com a finalidade de derrubar barreiras constitucionais, jurídicas e sociais e ao mesmo tempo de criação de outras condições legais e institucionais para a expansão de uma educação superior privada e mercantil, de venda massificada de um ensino sem pesquisa e extensão, desprovido de abordagens e dimensões educativas múltiplas e existentes no ato formativo e de aprendizagem. Na universidade-empresa, como uma mercadoria de um negócio privado, é suprimida da formação a coexistência entre as possibilidades de uma educação que contempla a formação profissional integral e que valoriza a perspectiva sócio histórica do conhecimento científico, favorecendo exclusivamente o consumo e a repetição de conteúdos e reprodução de modelos.

Nesse sentido, a universidade operacional, empresarial e mercantil é útil, funcional e orgânica a era da acumulação flexível do capital (Harvey, 1993). Como resume Chauí “em outras palavras: a absorção do espaço tempo do capital financeiro e do mercado da moda conduz ao abandono do núcleo fundamental do trabalho universitário, qual seja a formação” (2003, p.11).

Na concepção empresarial de educação, nas instituições de ensino superior mercantil há a ausência e/ou esvaziamento da referência de uma comunidade acadêmica, prevalece o interdito a organização autônoma do movimento estudantil, associações de professores e funcionários e de suas lutas trabalhistas, políticas e sociais. Aparentemente, são instituições que funcionam sem crise, conflitos e contradições, mantendo-se relações e condições de trabalho com base em contratos precários, instáveis e de baixos salários e sem carreira docente e técnico-administrativa. São agências/empresas esvaziadas dos fundamentos do pensamento científico subjacente às áreas de conhecimento e a formação

acadêmica, indispensáveis para o desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão e do desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação. São organizações com gestão aparentemente simplificada, mas de fato profundamente autoritárias, sem vínculo territorial, cuja lógica mercantil dominam a sua atuação e tipifica o curso como marca, o aluno como cliente e polo ou sede como franquias. Seus lucros estão associados ao processo de financeirização da educação e sua desnacionalização é uma tendência que se acentua por meio das fusões e formação de oligopólios com grupos estrangeiros.

De modo sintético observam-se também duras consequências, sinalizações e estratégias de mudanças regressivas quanto ao fomento e financiamento da pesquisa e a produção do conhecimento, suporte ao desenvolvimento econômico, social, cultural e tecnológico, base de programas e projetos de formação de recursos humanos altamente qualificados e, em particular, modificam-se as políticas estratégicas de Estado para ciência e tecnologia e sua relação com a soberania nacional.

Pesquisa, produção de conhecimentos e mercantilização da educação superior

Como se buscou analisar a investida do capital para a configuração estrutural e conceitual de uma universidade operacional, patenteia a cultura incorporada às características típicas de mercadoria, cultura de consumo e de sensibilidade consumidora. O padrão flexível pretendido pelo grande capital para a universidade em crise submete a relação ciência e produção, “cada vez mais confirmada pela dinâmica capitalista” (NETTO, 2006, p.92).

Nesse contexto de flexibilização e mercantilização da educação superior apresentam-se novas requisições para a pesquisa e a produção de conhecimentos. Devem assegurar o desenvolvimento de produtos e serviços inovadores com ocorrência, preferencialmente, nas empresas privadas. O que justifica a transferência de recursos financeiros da investigação científica para a pesquisa de inovação com impactos nas políticas das agências governamentais de fomento, financiamento e na indução estratégica das áreas de conhecimento.

Trata-se mais precisamente da adoção de estratégias que privilegiam o desenvolvimento de projetos de investigações na fronteira do conhecimento e em áreas e campos científicos com potencial de inovação, tendo em vista a produção de patentes e prestação de serviços, de preferência com cooperação internacional, com possibilidade de produção em larga escala e em breve espaço de tempo.

O esvaziamento da formação como núcleo central do trabalho na universidade com a subordinação das funções da universidade e de seus resultados a sistemas de inovação dos

países é assegurado, paulatinamente, com desdobramentos nos sistemas de avaliação que privilegiam métricas e indicadores sobre a produção intelectual e acadêmica. As atividades de pesquisa e os financiamentos passam a ser obtidos por editais e organizações externas, com prioridade para a oferta e criação de *startups*, empresas juniores e pesquisas associadas às novas tecnologias de informação. As mudanças nos sistemas de avaliação passam a acentuar a importância dos *rankings* nacionais e internacionais, a excelência, produtividade, prestígio e competitividade, criando a “universidade de classe mundial” como um modelo de referência.

No que se refere à formação de recursos humanos são estratégias de flexibilidade da pós-graduação *stricto sensu* com os mestrados profissionais e mais recentemente a pós-graduação à distância.

Os estudos e a investigação sinalizam tendências e dimensões internacionais da temática e estão possibilitando a apreensão e explicação de mudanças nos sistemas de pós-graduação, como mediações da intrincada relação entre a ciência, universidade, crise do capital e as transformações contemporâneas.

Considerações finais

Os fundamentos teórico-analíticos da investigação, os estudos e as reflexões elaboradas estão, indissociavelmente, relacionados com as profundas transformações societárias em escala mundial.

O cenário e as relações entre os avanços científico e tecnológico e o desenvolvimento econômico e social possibilitam analisar as transformações societárias. São transformações econômico-sociais e ideopolíticas articuladas em uma totalidade histórica particular, como assinala Netto “incluem profundas alterações na dinâmica macroscópica do modo de produção capitalista e de todas as suas formações sociais”. (2009, p. 672)

Nesse sentido, reitera-se a afirmação de que é cada vez mais necessário o esforço teórico-analítico coletivo para apreender a totalidade que abarca o tempo histórico e a conjuntura contemporânea de crise do capital e suas particularidades no Brasil e em Portugal, as transições em curso no mundo do trabalho e na formação profissional, na educação e na cultura, nas ciências e na produção de conhecimentos científico e tecnológico. Nessa direção, trata-se de evocar, no plano analítico, a exigência para as transformações sóciohistóricas fundamentais na sociabilização capitalista.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do Trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Ed. Boitempo, 1999.

CHAUI, Marilena. **A universidade pública sob nova perspectiva**. Revista Brasileira de Educação, n. 24, 2003.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. **Financeirização e Expansão do Ensino Superior privado-mercantil no Brasil**. Disponível em http://www.aforges.org/wp-content/uploads/2016/11/8-Vera-Jacob-Chaves_Financeirizac_a_o-e-Expansao-do-Ensino-Superior-privado-mercantil.pdf. Acesso em 30/maio/ 2019.

_____. **Expansão da privatização do ensino superior brasileiro: a formação dos oligopólios**. In Revista Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 111, p. 481-500, abr.-jun. 2010 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

_____. **Política de financiamento e a expansão da educação superior no Brasil: o público e o privado em questão**. In Revista Educação Temática Digital, v. 17, n.2, pag. 427-441, 2015. Disponível em DOI: <https://doi.org/10.20396/etd.v17i2.8635212>.

FONTES, Virginia. **Capitalismo em tempos de uberização**. In Marx e o Marxismo. Revista do NIEP-Marx. v.5, n.8, jan/jun 2017. Disponível em <http://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM>

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos**. O Breve Século XX – 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LOJKINE, Jean. **A Revolução Informacional**. São Paulo: Cortez, 1995.

MARX, Karl. **Manuscritos Filosóficos de 1844**. Tradução Maria Antonia Pacheco. Lisboa: Avante, 1994. (Biblioteca do Marxismo-Leninismo).

_____. **Para a Crítica da Economia Política**. Tradução Edgard Malagodi. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas).

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**. Uma Análise do Serviço Social no Brasil pós - 64. São Paulo: Ed. Cortez, 1991.

_____. **Transformações Societárias e Serviço Social**. Notas para uma Análise Prospectiva da Profissão no Brasil. São Paulo: Ed. Cortez, 1996. (Serviço Social e Sociedade, 50).

_____. **Capitalismo e barbárie contemporânea**. In Revista Argumentum, Vitória (ES), v. 4, n.1, p. 202-222, jan./jun. 2012.